



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



FUNDAMENTOS POLÍTICOS DO FENÔMENO EDUCATIVO, CONTIDOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE

Eixo 11. Educação, Sociedade e Práticas Educativas

Maria Oliveira dos Santos¹

Flávio Dantas Albuquerque Melo²

Núbia Josana de Lira Souza²

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir os fundamentos políticos do fenômeno educativo, os quais têm servido de base para a elaboração dos projetos e programas governamentais como política pública de educação no Brasil. Deste modo, a delimitação será feita a partir da década 90 quando os fundamentos políticos da educação são guiados pela necessidade de reconversão do capital internacional. Vale ressaltar que para compreender a educação, é necessário entender o modo de produção da nossa sociedade, pois ele gera novos complexos da prática social. Destaca-se também as principais políticas públicas de educação que vem sendo desenvolvidas sob marco da formação de professores e concepções de educação, como de modo geral e com maior eficiência nos documentos legais instituídos pelos poderes legislativo e executivo os quais estão a serviço das representações burguesas. Ressalta-se que este resulta de parte de um estudo sobre a conjuntura da política pública em educação a partir da reflexão teórica e prática das propostas pedagógicas que atravessam o cotidiano da escola a partir da década de 90. Além disso, é parte integrante do corpo de dissertação de mestrado em educação a qual se propôs abordar a formação política e pedagógica do docente.

Palavras chave: Educação, política, concepções neoliberal para educação

RESUMÉ

El objetivo de este trabajo es discutir los fundamentos políticos del fenómeno educativo, que han sido la base para la preparación de los proyectos y programas del gobierno, tales como la política de la educación pública en Brasil. Por lo tanto, la división se hará a partir del fallecido cuando los fundamentos políticos de la educación son guiados por la necesidad de la conversión del capital internacional 90. Es de destacar que entender que la educación es necesaria para comprender el modo de producción de nuestra sociedad, ya que genera nueva práctica social compleja. También cabe destacar las principales políticas educativas que se han desarrollado en el marco de la formación del profesorado y de los conceptos de educación, como,

en general, y una mayor eficiencia en los documentos legales establecidos por los poderes legislativo y ejecutivo, que están al servicio de las representaciones burguesas . Es de destacar que los resultados de parte de un estudio sobre la situación de las políticas públicas en materia de educación de las propuestas pedagógicas teóricas y prácticas que cruzan la escuela todos los días a partir de la década del 90. Por otra parte, es una parte integral del cuerpo de la tesis en la educación que se propuso abordar la formación política y pedagógica de los docentes.

Palabras clave: educación, política, concepciones neoliberales para la educación

INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista atravessou vários estágios de desenvolvimento no seu modo de produção e expansão, tendo como principal característica a divisão social do trabalho que se reflete no acúmulo de riquezas e monetária. De acordo com Marx (2010) os trabalhadores produzem a riqueza, mas esta não é socialmente e igualmente distribuída.

A economia capitalista atual, identificada como projeto neoliberal busca ampliar seu mercado de consumidores e seus lucros. Este projeto hegemônico na sociedade atual é implementado pela transnacionalização, consolidação dos grandes grupos capitalistas com capacidade oligopolista, exigindo maior flexibilidade do mercado mundial, bem como, pressiona o estado colocar-se a serviço do plano neoliberal por meio da diminuição da participação do Estado nas políticas educacionais. Segundo Netto e Braz (2007), a difusão do projeto neoliberal conta com o apoio de um grupo de intelectuais, destacando engenheiros, jornalistas, gerentes de empresas etc, onde criam novos espaços de multiplicação das referidas idéias, tornando-a senso comum entre os meios populares.

O Brasil, como os vários países da América Latina inseriu-se nessa economia macroeconômica desde dos anos 90, com objetivo de ampliar a participação no mercado mundial visto que havia uma promessa de crescimento da economia interna e o país deixaria de subdesenvolvido, alcançando bons índices na balança comercial, gerando lucros para alguns empresários brasileiros. Embora, para Boron (2010) essa foi uma falsa promessa, pois nenhum país até então conseguiu superar o patamar de competitividade apresentada pela economia hegemônica do mercado mundial.

A partir dessa organização da macroeconomia e processo de globalização, a educação como um grande instrumento ideológico, que pode servir aos interesses de uma determinada classe ou não. Obviamente não ficaria de fora dos objetivos do mercado mundial.

CONCEPÇÃO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil a partir dos anos 90 tem se pautado no conjunto de idéias e programas governamentais os quais se fundam na lógica neoliberal. De acordo com Frigotto (2006) afirma que existe no país um grupo de intelectuais aptos a implementarem e desenvolver as políticas neoliberais na educação. Essa política vem se configurar nas políticas públicas educacionais, especialmente a partir dos anos 90 com o governo de FHC e continua presente na atualidade. De acordo com Gentili (1996) essa proposta mundial se efetivou em acordo entre os países no Consenso de Washington que reuniu organismos financeiros internacionais de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial, BIRD, demais organismos financeiros internacionais), representantes de governo americano e dos países latinos determinando as reformas econômicas na América Latina, além das medidas de ajustes de controle da economia global, incluindo também as reformas na educação, as quais foram fielmente aplicadas pelos governos no Brasil.

De acordo com Netto e Braz (2007) nesse período pela primeira vez, a palavra reforma ganha sentido contrário, representando ameaças e incertezas para os trabalhadores na educação. Desta forma, a interferência da política neoliberal na educação tem sido ditada nos documentos legais, diretrizes e decretos que são embasados nas recomendações desses organismos internacionais, sendo destacados: Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Assim, Neves (2008), afirma que as políticas públicas educacionais atuais estão colocadas com a finalidade de legitimar uma nova hegemonia se concretizando numa sociabilidade para lógica do capital, que tem o Estado como seu principal aliado.

Por conseguinte, o Estado estabelece parceria com empresários para formação dos professores e consequentemente das crianças e jovens, deliberando o tipo de conteúdo que deve ser socializado na escola pública. Esses organismos multilaterais atuam na educação a partir da deliberação no que diz respeito à forma e concepções de educação, por meio das instituições empresariais locais pautadas no Programa Todos pela Educação nos estados e municípios.

Segundo Shiroma (2011) a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien (Tailândia), a qual teve financiamento dos referidos organismos internacionais. A partir de então oficialmente esses organismos elaboram documentos, que servem de base para os Estados construírem suas leis, diretrizes, decretos a partir de suas recomendações. Pode-se mencionar o exemplo da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL nos anos 1990, destacando-se o documento com o lema Cidadania, Competitividade e Equidade, o qual declarava a necessidade de mudanças na educação para atender as demandas da reestruturação produtiva em curso.

O referido documento recomendava que os países latinos investissem em reformas nos sistemas educativos requerendo habilidades e conhecimentos específicos para a lógica de mercado. Ainda segundo Shiroma (2011), o discurso sobre as crises econômicas dos anos 90 é transplantado para o campo educacional o qual busca arregimentar em todas as esferas a idéia de crise. Segundo esse pressuposto, a crise a qual está submetido o sistema educacional[1] é tratado como uma crise de eficiência, eficaz e produtividade e não como um problema de universalização, de extensão dos serviços que demandam maior investimento nas políticas públicas de educação.

Todavia, o discurso educacional dos organismos multilaterais é pautado na vinculação entre investimento na educação básica e o crescimento econômico que se firma com objetivo de formar indivíduos funcionais, adaptáveis às demandas do mundo volúvel do mercado. O em documento o Banco Mundial faz uma referência à importância do “conhecimento”, “habilidades” e “atitudes” proporcionadas pela educação, além da competência nas áreas específicas de habilidades verbais, computacionais, resolução de problemas (Banco Mundial, 1995 apud MAZZEU, 2011, p.151). A concepção alienadora na educação se amplia significativamente, traçando as diretrizes políticas para orientar as reformas educacionais nos países que apresentem níveis de pouca escolaridade como forma de criar a política de contenção da pobreza e estabelecer o novo consenso entre as classes sociais.

Os princípios da política neoliberal estão contidos na elaboração do Plano Decenal de Educação em 1993 no Governo de Itamar Franco, com esse Plano o Brasil traçou metas sob a prescrição destas políticas que foram difundidas especialmente por meio dos documentos oficiais, tais como: os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1996, documentos da UNESCO publicados no Brasil com título: “Educação um tesouro a descobrir” elaborado por Jacques Delors e disseminaram ideologicamente os fundamentos neoliberais no contexto educacional brasileiro.

A sua influência é trabalhada nos PCN’s que prevê o currículo unificado e difuso, esvaziado de conteúdo, os quais se apresentam para a maioria dos professores como avanço e inovação educativa, tem servido em largas proporções à continuidade da hegemonia da classe do poder. Neste sentido, Falleiros (2005) apresenta uma densa análise sobre as intenções políticas do referido documento, pois o objetivo era “fazer

da escola um espaço de desenvolvimento do projeto de sociabilidade implantado com a reforma do Estado foi uma das metas prioritárias da gestão de FHC” (FALLEIROS, 2005, p.218). Nessa concepção de fim das classes sociais é desenvolvido e enfatizado o respeito, aceitação a diversidade, a pluralidade cultural, raças e opções sexuais. A justificativa do MEC se pautava na necessidade de estabelecer a contextualização entre o currículo e a vida a partir de uma nova abordagem das disciplinas, incluindo os temas transversais, nem que isso trouxesse um prejuízo no acúmulo da aprendizagem dos discentes ao longo do tempo. O esvaziamento do discurso recai sobre fim das classes sociais e ganha espaço como força estratégica que contribui para desarticulação dos movimentos dos trabalhadores e reforça o comando das relações capitalistas.

A epistemologia explícita no ideário neoliberal estrutura-se a partir de um modelo pragmático de conhecimento que, em sua expressão mais extrema, se funda num novo tipo de pragmatismo. Compreensão que, em última análise, considera que a verdade somente pode advir da prática e que a atitude de representar a realidade deve ser substituída pela indagação quanto à melhor forma de utilizá-la. (SCALCON, pág. 5, 2008)

As suas estratégias de controle permeiam as relações de produção do conhecimento. Segue nesta mesma direção, a Lei de Diretrizes de Base da Educação nº 9394/1996 que indiretamente transfere as responsabilidades com a educação para agentes externos como entidades filantrópicas. A Lei 9394/1996 das Diretrizes de Base da Educação, se caracteriza num desses documentos que foram aprovados em 1996, a qual apresentou pontos de divergências no campo do movimento sindical docente. A referida lei apresenta parágrafos flexíveis, de mínima responsabilidade do Estado, ao passar o encargo de educar para família, ao criar um Conselho Nacional como Consultivo e não deliberativo; a reforma no Ensino Técnico Profissional para atender as exigências de mercado que desencadeia no processo de venda de serviços educacionais, de formação de curta duração em parceria com instituições privadas[2] de ensino, se apresentando de forma clara o projeto de privatização do ensino público.

Conseqüentemente, a formação docente é pensada de acordo com a deliberação do Conselho Nacional de Educação através das Diretrizes Curriculares da Educação Básica de 2010 a partir da necessidade de “d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias” (RESOLUÇÃO, Nº 4, 2010). Desta forma, a referência de formação assume um caráter genérico na qual demanda atribuições ao professor para além da sala de aula.

Nesta perspectiva, as referências para a formação dos professores vêm acompanhadas também, do esvaziamento dos conteúdos essenciais para sua formação humana. Essa constatação é feita nos estudos de Facci (2004), ao demonstrar a formação do professor na visão construtivista que opera no esvaziamento da função do educador.

Deste modo, Taffarel (2011[3]), aponta que a intenção do modelo capitalista é atacar os professores, destruindo-os por estes serem estratégicos na formação da classe trabalhadora. Esse ataque é evidenciado nos PCN que se coloca como avançado no que se refere no atendimento das necessidades especiais, “atribuindo à maioria das escolas e professores a prática de um ensino de viés tradicional - responsabilizando-os, em última instância, pelos problemas ligados à educação escolar no país” (FALLEIROS, 2005, p.226). A difusão do PCN é colocada como verdade com enfoque pragmático, ainda prioriza o saber vivido, descaracterizando os conhecimentos científicos no cotidiano escolar se gravando com a reformulação do currículo para educação básica.

As referências da formação dos discentes, as políticas estratégicas de formação dos professores, os investimentos que se destinam a educação representam também uma correlação de forças de embates de projetos no contexto social econômico que se inserem as classes sociais. Portanto, a análise crítica da problemática docente deve estar embasada no contexto das relações alienadoras que distanciam os

sujeitos da percepção da realidade. Conforme Lacks (2004), a alienação se dá pela ideologia e também na prática.

Com efeito, a formação de professores é perceptível na ótica dos organismos multilaterais, tendo em vista que eles através de sua prática possam atuar como interlocutores das demandas neoliberais na educação. De acordo com Shiroma (2003) o relatório de Delors (1998) recomenda atenção especial deve ser dedicada ao recrutamento de professores e seu aperfeiçoamento "alertando para o fato de que se deveria não só controlar o desempenho dos professores, mas também manter com eles um diálogo sobre a evolução dos saberes, métodos e fontes de informação" (SHIROMA e EVANGELISTA 2003, p.8).

Desta forma, a concepção ideológica do termo está empregada para definir competências vinculadas à execução de tarefas e reprodução dos pacotes[4], por meio de atividades no cotidiano da escola que respondam a necessidade de formar trabalhadores para o mercado de trabalho. Sendo assim, as exigências de novas competências na formação do professor são destacadas no Relatório Delors (1998), o qual destaca que além da competência pedagógica o professor deve ser pesquisador. Recomenda que o professor exerça outras profissões e aconselha permuta entre esses profissionais, sendo evidenciada nesses termos a descaracterização da profissão docente.

As novas responsabilidades são atribuídas aos professores, de modo que estes atendam as demandas de um sujeito polivalente com maior abrangência possível de habilidades, da mesma forma as avaliações de desempenho assumem o caráter de verificação contínua dessa adaptação dos profissionais da educação aos referidos moldes.

A maneira de atuação dos empresários capitalistas na educação é organizada e estruturada como estratégia. Isso se evidencia quando os grupos empresariais da educação, deixaram de criar um sistema privado de ensino no âmbito nacional, que ficou a cargo do governo, porém a ação dos empresários teria retornado a partir de 1995, quando o setor empresarial busca influenciar decisivamente nos rumos da educação brasileira de forma mais ampla, concretizando-se tanto pela via do discurso, pelo fortalecimento de "lobbies"[5] (FERRETTI, 2005, p.105), nas casas legislativas ou nos Ministérios da Educação e do Trabalho para fazer aprovar matérias de seu interesse no que se refere à educação.

Para Martins (2011, p. 11)[6] ,existe uma investida empresarial no campo da educação que ocorre por meio "das parcerias" entre as fundações, institutos com os governos caracterizada na compra e "venda de pacotes de mercadoria –educação"(ibidem). O referido autor afirma que o empresariado está na disputa pelo conteúdo da formação educacional que será dado aos filhos da classe trabalhadora, de modo que assegure na visão burguesa a coesão social, disciplina para aumento da eficiência produtiva. De modo que, a intervenção destes também se dá pelo discurso ideológico e na realização de cursos de formação de professores de redes públicas de ensino. Com efeito, o Estado dispõe recursos públicos para que empresas desenvolvam treinamento de trabalhadores da educação, bem como a contratação de escolas privadas para a oferta de cursos supletivos de ensino fundamental e médio, segundo o argumento de melhorar a qualidade do ensino e do trabalho docente. Desta forma, Saviani (2007) critica que a proposta de educação desenvolvida pelo MEC, como exemplo do PDE teve como interlocutores grupos empresariais e não o conjunto de professores que há décadas construíram uma trajetória de luta pela educação.

A partir de 2009 o governo Lula abre espaço significativo para a participação dos empresários na educação básica, ideia vinculada no PDE, no qual declara que a responsabilidade da educação é de todos e lança o programa Todos pela Educação com repercussão direta nos estados e municípios. Logo, os empresários passam atuar fortemente na educação segundo a base de filantropia e com isso angariam enormes cifras nas isenções fiscais por parte do Estado, além de deliberam o conteúdo e forma de se ensinar. Essas instituições e atitudes do governo operam uma ofensiva ideológica e concreta de destruição da escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a história da educação observa-se que o estado brasileiro nunca efetivamente preocupou-se em desenvolver o projeto educacional para nação, tanto é que educação foi tratada durante muito tempo como caridade dos padres jesuítas. Posteriormente as professores que assumiram a função de educar recebia valor inferior ao salário dos homens. Passando pelas diversas reformas na legislação, os recursos para educação pública são sempre mínimos.

A começar pelo custo aluno, por não ter como base as necessidades da funcionalidade da escola, mas valor mínimo para sua manutenção na escola. Costa (2005) afirma que o financiamento da escola pública vive em constante ameaça devido a interferência do tripé mercado-estado- sociedade civil.

Diante do exposto, chegamos a considerações finais e nelas ressaltamos a necessidade do projeto educacional que atenda as necessidades e objetivos de uma formação humana e superação dos problemas atuais.

Contudo, a luta por condições objetivas de trabalho na escola pública é uma necessidade para que a ensino público seja fortalecido e atue na "formação do sujeito político, de um novo tipo de intelectual orgânico" (GRAMSCI, 1991, p.150) para atender as demandas da classe trabalhadora. Sendo assim, os professores que lidam com problemas na realidade escolar, encontram na luta sindical docente um espaço para expressar de forma política os desejos, anseios, sonhos, reivindicar as condições suficientes para a realização do trabalho pedagógico na escola pública com qualidade real.

Neste sentido Leher (2012) e o próprio Saviani (2010), Ferretti (2005), Falleiros (2010) Neves (2005) atentam para a disputa atual dos empresários na educação. Segundo Neves (2010) e Martins (2010) anteriormente a burguesia servia-se da educação para a formação intelectual para instrumentalizar-se e continuar dominando, porém a partir da universalização do ensino que permitiu acesso mesmo que precário, a burguesia está agora na disputa do conteúdo que deve ser ensinado ou não ensinado. Não é por um acaso que a partir dos anos 90 com FHC e com Lula os empresários foram convidados a participar de programas e projetos da educação pública. É o caso do Programa Todos pela Educação o qual o governa buscou parceria com diversas instituições, tais como Itau, Bradesco, Ethos, Airton Sena, etc. essas instituições obtém isenção fiscal ou até injeção de recursos públicos para continuar operando no campo ideológico educacional.

Desta forma, tanto Lacks (2004) Taffarel (2011) Tonet (2005) afirmam que o projeto de sociedade capitalista ou socialista está em disputa, e a educação como um aparelho ideológico forte, é alvo da burguesia mundial para manipular a classe trabalhadora na formação do consenso, aceitando a relação de dominação do homem sobre o homem. Por isso, conforme Meszáros (2003) Lessa e Tonet (2010) a luta pela superação é urgente, pois esta sociedade capitalista precisa ser superada. E conforme Gramsci (1991) para tanto é necessário a formação dos intelectuais orgânicos que estejam a serviço da classe trabalhadora, pois cada classe forma os seus intelectuais. Além disso, vale ressaltar o papel da escola que apesar de suas contradições, como afirma Lênin (2009) os trabalhadores precisam ser esclarecidos, sem conhecimento não poderão enfrentar as suas condições de alienação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORON, Atílio A. **Socialismo no século 21**: há vida após o neoliberalismo São Paulo, 2010.

CALCON, Suzi. **PRAGMATISMO Epistemológico e a Formação do professor**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 35 – 49, ano 2008

FALLEIROS, Ialê. **Parâmetros Curriculares para a educação básica e a construção de uma nova**

cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso, Xamã, São Paulo 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Fundamentos Científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje**, p.241, In: Lima Junior Cesar França. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010

GENTILI, Pablo e SUÁREZ Daniel (org) **Reforma Educacional e luta democrática:** um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A Falsificação Do Consenso:** simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis-RJ; Vozes, 1998

GRAMISCI, Antônio. **Os Intelectuais e Organização da Cultura.** Civilização Brasileira: 1995.

LEHER, Roberto. **Educação No Governo De Lula Da Silva:** A Ruptura Que Não Aconteceu. Revista do Observatório Social da América Latina, Buenos Aires: CLACSO. PDF, 2011

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008. MAZZEU, Brasil Teixeira Liliane. **A política educacional e a formação de professores:** reflexão sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos da reforma. In: MARSIGLIA, GALVÃO, Carolina Ana (org). Pedagogia histórico - crítica: 30 anos, Campinas, autores associados, 2011

[1] Segundo Shiroma (Comunicação oral, palestra SINTESE, Sergipe, 21 de outubro de 2011) o discurso recorrente de crise na educação é uma expressão que evidencia interesses estratégicos do capital em sua fase neoliberal que procura esvaziar completamente a necessidade da escola pública, de modo que fortalece as instituições privadas.

[2] Gatti (2011) em seus estudos sobre as políticas docentes no Brasil chegou a conclusão que a formação inicial de professores tem sido realizada em grande escala pelas instituições privadas em parceria com as secretarias de educação, quando não financiada pelos próprios profissionais.

[3] V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Florianópolis, SC, 2011

[4] O Termo pacote é mencionado no âmbito da economia nos anos 90 como contenção de crise, assim também na educação de forma semelhante são criados projetos, métodos, programas descontínuos que pode ocasionar a impressão que os problemas da educação ou da escola serão resolvidos em curto prazo, sem buscar uma solução radical com a criação de um sistema educacional. (grifo nosso)

[5] FERRETI, João Celso. Empresários, Trabalhadores e educadores: Diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: SAVIANI, Dermeval. Capitalismo, Trabalho e Educação, Autores Associados, 2005

[6] MARTINS, André, **Tentáculos da privatização.** Entrevista na Revista Paulo Freire. Empresariado avança na educação pública. Nº 05 Sergipe, outubro de 2011